



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### **1. Objeto:**

1.1. Registro de Preços para aquisição de mudas de plantas e material de paisagismo, conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

LOTE	ITEM	QTDE	UN	CÓD.	DESCRÇÃO	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
1	1	100,00	UN	25210	CANELINHA (CINNAMOMUM ZEYLANICUM), MUDA COM ALTURA MÍNIMA DE 2,00 METROS, COM VASO OU SACO PLÁSTICO ADEQUADO QUE COMPORTE A RAIZ DA ÁRVORE. LIVRE DE PRAGAS E DOENÇAS FITOSSANITÁRIAS. DEVE, NO ATO DA ENTREGA, ESTAR EM BOM ESTADO, NÃO SENDO ACEITAS JUSTIFICATIVAS QUANTO AO TRANSPORTE MAL EXECUTADO E O RECIPENTE DA MUDA DEVE ESTAR CONSERVADO E A TERRA ADUBADA COM SUBSTRATO	27,50	2.750,00
2	2	100,00	UN	25211	EXTREMOSA, LAGERSTROEMIA INDICA, MUDA COM ALTURA MÍNIMA DE 2,00 METROS, COM VASO OU SACO PLÁSTICO ADEQUADO QUE COMPORTE A RAIZ DA ÁRVORE, TRONCO DEVE SER ERETO, SEM DEFORMAÇÕES OU BIFURCAÇÕES. LIVRE DE PRAGAS E DOENÇAS FITOSSANITÁRIAS. DEVE, NO ATO DA ENTREGA, ESTAR EM BOM ESTADO, NÃO SENDO ACEITAS JUSTIFICATIVAS QUANTO AO TR NSPORTE MAL EXECUTADO E O RECIPENTE DA MUDA DEVE ESTAR CONSERVADO E A TERRA ADUBADA COM SUBSTRATO, COR BRANCA OU ROSA.	30,00	3.000,00
3	3	100,00	UN	25212	QUARESMEIRA - TIBOUCHINI GRANULOSA, MUDA COM ALTURA MÍNIMA DE 2,00 METROS, COM VASO OU SACO PLÁSTICO ADEQUADO QUE COMPORTE A RAIZ DA ÁRVORE. LIVRE DE PRAGAS E DOENÇAS FITOSSANITÁRIAS. DEVE, NO ATO DA ENTREGA, ESTAR EM BOM ESTADO, NÃO SENDO ACEITAS JUSTIFICATIVAS QUANTO AO TRANSPORTE MAL EXECUTADO E O RECIPENTE DA MUDA DEVE ESTAR CONSERVADO E A TERRA ADUBADA COM SUBSTRATO.	40,00	4.000,00
4	4	100,00	UN	25213	IPE ROSA (HANDROANTHUS HEPTAPHYLLUS), MUDA COM ALTURA MINIMA DE 2,00 METROS, COM VASO OU SACO PLÁSTICO ADEQUADO QUE COMPORTE A RAIZ DA ÁRVORE, TRONCO DEVE SER ERETO, SEM DEFORMAÇÕES OU BIFURCAÇÕES. COPA DEVE TER NO MÍNIMO TRÊS RAMOS ALTERNADOS. LIVRE DE PRAGAS E DOENÇAS FITOSSANITÁRIAS. DEVE, NO ATO DA ENTREGA, ESTAR EM BOM ESTADO, NÃO SENDO ACEITAS JUSTIFICATIVAS QUANTO AO TRANSPORTE MAL EXECUTADO E O RECIPENTE DA MUDA DEVE ESTAR CONSERVADO E A TERRA ADUBADA COM SUBSTRATO.	112,70	11.270,00
5	5	100,00	UN	25214	IPE BRANCO (TABEBUIA ROSEO-ALBA) MUDA COM ALTURA MÍNIMA DE 2,00 METROS, COM VASO OU SACO PLÁSTICO ADEQUADO QUE COMPORTE A RAIZ DA ÁRVORE, TRONCO DEVE SER ERETO, SEM DEFORMAÇÕES OU BIFURCAÇÕES. COPA DEVE TER NO MÍNIMO TRÊS RAMOS ALTERNADOS. LIVRE DE PRAGAS E DOENÇAS FITOSSANITÁRIAS. DEVE, NO ATO DA ENTREGA, ESTAR EM BOM ESTADO, NÃO SENDO ACEITAS JUSTIFICATIVAS QUANTO AO TRANSPORTE MAL EXECUTADO E O RECIPENTE DA MUDA DEVE ESTAR CONSERVADO E A TERRA ADUBADA COM SUBSTRATO.	112,70	11.270,00
6	6	100,00	UN	25215	IPE AMARELO - HANDROANTHUS ALBUS MUDA COM ALTURA MÍNIMA DE 2,00 METROS, COM VASO OU SACO PLÁSTICO ADEQUADO QUE COMPORTE A RAIZ DA ÁRVORE, TRONCO DEVE SER ERETO, SEM DEFORMAÇÕES OU BIFURCAÇÕES. LIVRE DE PRAGAS E DOENÇAS FITOSSANITÁRIAS. DEVE, NO ATO DA ENTREGA, ESTAR EM BOM ESTADO, NÃO SENDO ACEITAS JUSTIFICATIVAS QUANTO AO TRANSPORTE MAL EXECUTADO E O RECIPENTE DA MUDA DEVE ESTAR CONSERVADO E A TERRA ADUBADA COM SUBSTRATO.	112,70	11.270,00





**MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ**

7	7	200,00	UN	25216	HIBISCO (HIBISCUS ROSA-SINENSIS) MUDA COM ALTURA MÍNIMA DE 2,00 METROS, MUDA ARBUSTIVA BEM FORMADA, COM CAULE LIGNIFICADO, RAMIFICAÇÃO DESENVOLVIDA E FOLHAGEM DENSA, EM RECIPIENTE (SACO OU VASO) COM CAPACIDADE COMPATÍVEL COM O PORTE DA MUDA, CONTENDO SUBSTRATO FÉRIL, LEVE E BEM DRENADO, PLANTA SAUDAVÉL, ISENTA DE PRAGAS, DOENÇAS E DEFORMIDADES, SISTEMA RETICULAR BEM DESENVOLVISO, ÍNTEGRO, SEM ENOVELAMENTO OU SINAIS DE APODRECIMENTO, MUDA VIGOROSA, COM PROTEÇÃO ADEQUADA DURANTE O TRANSPORTE PARA EVITAR DANOS.	32,00	6.400,00	
8	8	100,00	UN	25217	CEREJEIRA DO JAPÃO (CERASUS SERRULATA ENXERTADA) MUDA COM ALTURA MÍNIMA DE 2,00 METROS, MUDA ENXERTADA GARANTINDO FLORAÇÃO PRECOCE E CARACTERÍSTICAS VARIETAIS PRESERVADAS, MUDA ARBÓREA BEM FORMADA, COM CAULE ÚNICO, RETO, LENHOSO E BEM LIGNIFICADO, COM COPA INICIADA E FOLHAGEM DESENVOLVIDA, SISTEMA RADICULAR BEM ENRAIZADA, COM RAÍZES DISTRIBUÍDAS NO RECIPIENTE, ISENTO DE PRAGAS, DOENÇAS OU SINAIS DE ESTRESSE HÍDRICO, EM RECIPIENTE SACO PLÁSTICO OU VASO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 20 LITROS, CONTENDO SUBSTRATO FÉRIL E COM BOA DRENAGEM, MUDA SAUDAVÉL, VIGOROSA, LIVRE DE PRAGAS, DOENÇAS, DANOS MECÂNICOS OU FITOTOXIDADE, A MUDA DEVE SER ENTREGUE COM EMBALAGEM ADEQUADA PARA PRESERVAR A INTEGRIDADE DO SISTEMA RETICULAR E PARTE AÉREA DURANTE O TRANSPORTE.	44,45	4.445,00	
9	9	300,00	UN	25218	JACARANDÁ MIMOSO (JACARANDÁ MIMOSIFOLIA) MUDA COM ALTURA MÍNIMA DE 2,00 METROS, COM VASO OU SACO PLÁSTICO ADEQUADO QUE COMPORTE A RAIZ DA ÁRVORE. LIVRE DE PRAGAS E DOENÇAS FITOSSANITÁRIAS. DEVE, NO ATO DA ENTREGA, ESTAR EM BOM ESTADO, NÃO SENDO ACEITAS JUSTIFICATIVAS QUANTO AO TRANSPORTE MAL EXECUTADO E O RECIPIENTE DA MUDA DEVE ESTAR CONSERVADO E A TERRA ADUBADA COM SUBSTRATO. AS MUDAS DEVEM ESTAR ERETAS.	109,19	32.757,00	
10	10	20,00	UN	23554	PALMEIRA REAL (ARCHONTOPHOENIX CUNNINGHAMIANA) MUDA COM ALTURA MÍNIMA DE 2,00 METROS	13,00	260,00	
11	11	20,00	UN	25219	PALMEIRA RABO DE RAPOSA (WODYETIA BIFURCATA) MUDA COM ALTURA MÍNIMA DE 2,00 METROS. COM VASO ADEQUADO QUE COMPORTE A RAIZ DA ÁRVORE. DEVE, NO ATO DA ENTREGA, ESTAR EM BOM ESTADO, NÃO SENDO ACEITAS JUSTIFICATIVAS QUANTO AO TRANSPORTE MAL EXECUTADO E O RECIPIENTE DA MUDA DEVE ESTAR CONSERVADO E A TERRA ADUBADA COM SUBSTRATO.	48,00	960,00	
12	12	20,00	UN	25220	PALMEIRA AZUL (BISMARCKIA NOBILIS) MUDA COM ALTURA MÍNIMA DE 2,00 METROS, COM VASO QUE COMPORTE A RAIZ DA PLANTA. LIVRE DE ERVAS DANINHAS. DEVE SER EM BOM ESTADO. NO ATO DA ENTREGA O RECIPIENTE DA MUDA DEVE ESTAR EM BOM ESTADO E A TERRA ADUBADA COM SUBSTRATO.	121,23	2.424,60	
13	13	5.000,00	M <sup>2</sup>	25221	GRAMA ESMERALDA (ZOYSIA JAPONICA). GRAMA EM LEIVA, TIPO ESMERALDA, NOME CIENTÍFICO: ZOYSIS JAPONICA. DIMENSÕES MÁXIMAS PERMITIDAS DA LEIVA DE 60X40 CM, LIVRE DE ERVAS DANINHAS.	16,68	83.400,00	
14	14	1.000,00	M <sup>2</sup>	25222	GRAMA SÃO CARLOS (AXONOPUS COMPRESSUS). GRAMA EM LEIVA, TIPO SÃO CARLOS/SEMPRE VERDE. NOME CIENTÍFICO: AXONOPUS COMPRESSUS. DIMENSÕES MÁXIMAS PERMITIDAS DA LEIVA DE 60X40 CM, LIVRE DE ERVAS DANINHAS.	17,00	17.000,00	
15	15	2.000,00	BJA	25223	TAGETAO (TAGETES), BANDEJA COM 15 UNIDADES. TAGETÃO/NOME CIENTÍFICO: TAGETES ERECTA, ENTREGAR EM BANDEJA COM 15 MUDAS, LIVRE DE ERVAS DANINHAS. MUDAS EM BOM ESTADO, SENDO QUE NÃO SERÃO ACEITAS MUDAS DE FLORES MURCHAS. DEVENDO ESTAR APTAS PARA O PLANTIO E JÁ COM BROTO, COR AMARELA OU LARANJA.	25,00	50.000,00	





**MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ**

16	16	1.000,00	BJA	25224	SALVIA ANÃ - ALEGRIA DOS JARDINS/NOME CIENTÍFICO: SALVIA SPLENDENS, DE COR VERMELHA, ENTREGAR EM BANDEJA COM 15 MUDAS, LIVRE DE ERVAS DANINHAS. MUDAS EM BOM ESTADO, SENDO QUE NÃO SERÃO ACEITAS MUDAS DE FLORES MURCHAS. DEVENDO ESTAR APTAS PARA O PLANTIO E JÁ COM BROTO.	23,25	23.250,00	
17	17	1.000,00	BJA	25225	TORRENEA - AMOR PERFEITO DE VERÃO/NOME CIENTÍFICO: TORRENIA FOURNIERI, CORES SORTIDAS, ENTREGAR EM BANDEJA COM 15 MUDAS, LIVRE DE ERVAS DANINHAS. MUDAS EM BOM ESTADO, SENDO QUE NÃO SERÃO ACEITAS MUDAS DE FLORES MURCHAS. DEVENDO ESTAR APTAS PARA O PLANTIO E JA COM BROTO.	22,70	22.700,00	
18	18	600,00	BJA	25226	HYPoESTES SPLASH SELECT (HIPOESTE PHYLLOSTA) OU CONFETE. ENTREGAR EM BANDEJAS COM 15 MUDAS, FOLHAS VERDES PINTADAS DE BRANCO, VEMELHO OU ROSA. LIVRE DE ERVAS DANINHAS, PRAGAS E DOENÇAS. DEVE ESTAR EM BOM ESTADO, NÃO SENDO ACEITAS MUDAS MURCHAS OU MAL CONSERVADAS. NO ATO DA ENTREGA O RECIPIENTE DA MUDA DEVE ESTAR PRESERVADO E A TERRA ADUBADA COM SUBSTRATO.	25,00	15.000,00	
19	19	600,00	BJA	25227	BEIJO DO SOL (SUNPATIENS HÍBRIDA) COM 20CM DE ALTURA, EM BANDEJA COM 15 UNIDADES. ALTURA MÍNIMA DA MUDA 20 CM, BEM FORMADA, COM BOA RAMIFICAÇÃO E FOLHAGEM DENSA, MUDA SAUDAVÉL, VIGOROSA, LIVRE DE PRAGAS, DOENÇAS OU SINTOMAS DE FITOTOXIDADE. MUDA PRONTA PARA O PLANTIO, COM PROTEÇÃO ADEQUADA DURANTE O TRANSPORTE. NO ATO DA ENTREGA O RECIPIENTE DA MUDA DEVE ESTAR PRESERVADO E A TERRA ADUBADA COM SUBSTRATO.	44,49	26.694,00	
20	20	500,00	BJA	25228	LAVANDULA ANGUSTIFOLIA, LIVRE DE PRAGAS E DOENÇAS FITOSSANITÁRIAS. O RECIPIENTE/SACO DA MUDA DEVE ESTAR CONSERVADO E O SOLO ADUBADO COM SUBSTRATO. SACOS/RECIPIENTES SEM RAÍZES EXPOSTAS. AS MUDAS DEVERÃO TER ETIQUETAS COM IDENTIFICAÇÃO DA ESPÉCIE. NO ATO DA ENTREGA AS MUDAS DEVEM POSSUIR BOM ESTADO, SEM DANIFICAÇÕES, NÃO SENDO ACEITAS JUSTIFICATIVAS QUANTO AO TRANSPORTE MAL EXECUTADO. CAIXA COM 15 UNIDADES.	25,92	12.960,00	
21	21	1.000,00	BJA	25229	CRAVINA/NOME CIENTÍFICO: DIANTHUS CHINENSIS L., DE CORES SORTIDAS, ENTREGAR EM BANDEJA COM 15 MUDAS, LIVRE DE ERVAS DANINHAS. MUDAS EM BOM ESTADO, SENDO QUE NÃO SERÃO ACEITAS MUDAS DE FLORES MURCHAS. DEVENDO ESTAR APTAS PARA O PLANTIO E JÁ COM BROTO.	24,00	24.000,00	
22	22	1.000,00	BJA	25230	PETUNIA COLOR RUSH. NOME CIENTÍFICO: PETUNIA X HYBRIDA, CORES MERIOT STAR, PURPLE, PINK VEIN, WATERMELON RED, PODENDO SER SOLICITADO SOMENTE UMA ÚNICA COR. ENTREGAR EM BANDEJA COM 15 MUDAS, LIVRE DE PRAGAS, DOENÇAS E DE ERVAS DANINHAS. MUDAS EM BOM ESTADO, SENDO QUE NÃO SERÃO ACEITAS MUDAS MURCHAS. DEVENDO ESTAR APTAS PARA O PLANTIO E JÁ COM BROTO.	24,00	24.000,00	
23	23	100,00	UN	25231	KALANCHOE BIOSSFEDIANA. KALANCHOE SP. FLOR DA FORTUNA. CALANDIVA. DOBRADA. NAS CORES VEMELHA, BRANCA, AMARELA, ROSA, PINK E MATIZADA. PODENDO SER SOLICITADA UMA ÚNICA COR. ENTREGAR A PLANTA NO INÍCIO DA FLORAÇÃO, EM VASOS Nº 15 COM SUBSTRATO. LIVRES DE PRAGAS E DOENÇAS E PLANTAS DANINHAS.	26,07	2.607,00	
24	24	100,00	UN	8690	FLOR MINI KALANCHOE BLOSSFIELDINA, PLANTADA EM VASO DE POLIETILENO, COMPOSICAO HARMONICA E GRACIOSA, APROXIMADAMENTE 15 CM DE ALTURA, CORES VARIADAS	16,75	1.675,00	
25	25	100,00	UN	25232	FLOR DE NATAL VERMELHA (EUPHORBIA PULCHERRIMA) POINSETIA, BICO DE PAPAGAIO VERMELHA (COM FLOR), ALTURA ENTRE 20 -30 CM. ENTREGAR EM POTE PLÁSTICO SIMPLES, LIVRE DE PRAGAS, DOENÇAS E PLANTAS DANINHAS. MUDAS EM BOM ESTADO, SENDO QUE NÃO SERÃO ACEITAS MUDAS MURCHAS OU MAL CONSERVADAS.	25,00	2.500,00	





**MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ**

26	26	250,00	UN	25233	IMPAIENS BEACON - NOME CIENTÍFICO: IMPATIENS WALLERIANA. CORES BRIGHT RED, CORAL, WHITE, ORANGE, VIOLETA SHADES E SALMON. MUDAS ENTRE 20 E 30 CM EM POTE PLÁSTICO SIMPLES. LIVRE DE ERVAS DANINHAS. MUDAS EM BOM ESTADO, SENDO QUE NÃO SERÃO ACEITAS MUDAS DE FLORES MURCHAS. DEVENDO ESTAR APTAS PARA O PLANTIO E JÁ COM BROTO.	23,17	5.792,50
27	27	50,00	UN	25234	BUXINHO (BUXUS SEMPERVIRE) ALTURA 30 CM. LIVRE DE PRAGAS E DOENÇAS E PLANTAS DANINHAS. ENTREGAR COM SUBSTRATO ADUBADO EM EMBALAGENS CONDIZENTE COM A ALTURA DA PLANTA.	52,90	2.645,00
28	28	20,00	UN	25235	PESCOÇO DE CISNE (AGAVE ATTENUATA) TAMANHO MEDIO. ENTRE 40 E 60 CM, COM FOLHAS LARGAS, VERDES CLARAS, DISPOSTA EM ROSETAS ESPIRALADAS; SEM ESPINHO. CONDICIONADO EM SACO PLASTICO OU VASO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 5 LITROS, CONTENDO SUBSTRATO DRENÁVEL E ARENOSO PROPRIO PARA SUCULENTAS. MUDA VIGOROSA, COM BOA FORMAÇÃO, ISENTA DE PRAGAS, DOENÇAS OU DANOS FÍSICOS. SISTEMA RETICULAR BEM DESENVOLVIDO E INTEGRITO, SEM SINAIS DE ENOVELAMENTO OU APODRECIIMENTO. A MUDA DEVE SER ENTREGUE COM PROTEÇÃO ADEQUADA, GARANTINDO A INTEGRIDADE DA PARTE AÉREA E DO SISTEMA RETICULAR DURANTE O TRANSPORTE.	59,90	1.198,00
29	29	300,00	BIA	25236	BARBA DE SERPENTE (OPHIOPOGON JABURAN) BANDEJA COM 15 UNIDADES. BARBA-DE-SERPENTE/LIRIOPE, OPHIOGON JABURAN. LIVRE DE ERVAS DANINHAS. MUDAS EM BOM ESTADO, SENDO QUE NÃO SERÃO ACEITAS MUDAS DE FLORES MURCHAS, DEVE ESTAR COM TERRA ADUBADA E COM SUBSTRATO. DEVENDO ESTAR APTAS PARA O PLANTIO, ALTURA MÍNIMA DE 0,35M.	29,66	8.898,00
30	30	100,00	UN	25237	AGAPANTO. NOME CIENTÍFICO: AGAPANTHUS AFRICANUS. LIVRE DE ERVAS DANINHAS. DEVE ESTAR EM BOM ESTADO, NÃO SENDO ACEITO MUDAS MURCHAS OU MAL CONSERVADAS. NO ATO DA ENTREGA O RECIPIENTE DA MUDA DEVE ESTAR PRESERVADO E A TERRA ADUBADA COM SUBSTRATO. ALTURA MÍNIMA DE 0,30M.	15,20	1.520,00
31	31	100,00	UN	25238	MORÉIA BICOLOR (DIETES BICOLOR) (TOUCEIRA COM PACOTE DE 03 LITROS). MUDA SAUDAVÉL, VIGOROSA, LIVRE DE PRAGAS, DOENÇAS, DANOS FÍSICOS, OU SINAIS DE ESTRESSE HÍDRICO. SISTEMA RETICULAR BEM DESENVOLVIDO E ESTABELECIDO, COM RIZOMAS ÍNTEGROS E SUBSTRATO ADEQUADO AO PORTE DA PLANTA. A MUDA DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS ADEQUADAS, COM PROTEÇÃO DA PARTE ÉREA RADICULAR DURANTE O TRANSPORTE.	26,25	2.625,00
32	32	100,00	UN	25239	PINGO DE OURO (DURANTA REPENS) MUDA COM NO MINIMO 10 CM DE ALTURA. MUDA BEM ENRAIZADA, COM RAMIFICAÇÕES INICIADAS, CONDICIONADA EM SACO PLÁSTICO OU VASO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 0,5 LITRO, COM SUBSTRATO FÉRIL E DRENÁVEL. MUDA SAUDAVÉL, VIGOROSA, LIVRE DE PRAGAS, MURCHAS OU DANOS MECÂNICOS. MUDA DEVE SER ENTREGUE COM PROTEÇÃO ADEQUADA PARA EVITAR DANOS DURANTE O TRANSPORTE, PRONTA PRO PLANTIO.	1,30	130,00
33	33	50,00	UN	25240	AZALEIA, RHODODENDRON spp, CORES SORTIDAS, LIVRE DE ERVAS DANINHAS. MUDAS EM BOM ESTADO, SENDO QUE NÃO SERÃO ACEITAS MUDAS DE FLORES MURCHAS. DEVENDO ESTAR APTAS PARA O PLANTIO, ALTURA MÍNIMA DE 0,70M.	27,50	1.375,00
34	34	50,00	UN	25241	PODOCARPO (PODOCARPUS MACROPHYLLUS) MUDA COM NO MINIMO 50 CM. MUDA BEM FORMADA, COM CAULE LENHOSOS, ESTRUTURA ERETA, FOLHAGEM DENSA E COLORAÇÃO VERDE ESCURA CARACTERÍSTICA. CONDICIONADA EM SACO PLÁSTICO OU VASO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 03 LITROS, COM SUBSTRATO FÉRIL, DRENÁVEL E LIVRE DE PATÓGENOS. MUDA SAUDAVÉL, VIGOROS, LIVRE DE PRAGAS, DOENÇAS, DANOS MECÂNICOS OU DEFICIENCIA NUTRICIONAL. A MUDA DEVERÁ SER ENTREGUE COM PROTEÇÃO ADEQUADA, PARA EVITAR DANOS	24,40	1.220,00





## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

					DURANTE O TRANSPORTE, PRONTA PARA O PLANTIO EM CAMPO DEFINITIVO.		
35	35	200,00	SC	25242	ADUBO ORGÂNICO, A BASE DE ESTERCO DE PERU, MOIDO, SACA COM 40 KG. ESTERCO DE PERU TRATADO, ESTABILIZADO, CURTIDO E ISENTO DE AGENTES PATOGÊNICOS. A EMBAGLAGEM DEVERÁ CONTER: NOME COMERCIAL, COMPOSIÇÃO GARANTIDA, CNPJ DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E NÚMERO DO REGISTRO NO MAPA. COM VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	41,25	8.250,00
36	36	100,00	SC	25243	SUBSTRATO ORGÂNICO - SACO COM NO MÍNIMO 20 KG. TEXTURA LEVE, POROSA, FRIAVEL, SEM PRESENÇA DE TORRÓES, PEDRAS, FARGMENTOS PLÁSTICOS OU RESÍDUOS INERTE. COLORAÇÃO ESCURA, ODOR SUAVE, E CARACTERÍSTICO DE MATERIAL ORGÂNICO BEM DECOMPOSTO, UMIDADE ADEQUADA PARA MANTER A ESTRUTURA FÍSICA, SEM EXCESSO DE ÁGUA OU RESSECAMENTO. ISENTO DE SEMENTES DE PLANTAS INVASORAS, PATÓGENOS, CONTAMINANTES QUÍMICOS, METAIS PESADOS E QUALQUER MATERIAL TÓXICO AO SOLO OU ÀS PLANTAS. EMBALADO EM SACO PLÁSTICO RESISTENTE COM PESO MÍNIMO DE 20 KGS DEVIDAMENTE ROTULADO E VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	39,75	3.975,00
37	37	50,00	SC	25244	ADUBO FERTILIZANTE NPK 4.14.8 SACO 50KG. FERTILIZANTE MINERAL MISTO, EM FORMULAÇÃO GRANULADA, PRONTO PARA APLICAÇÃO DIRETA AO SOLO. NITROGENIO TOTAL (N): 4% FÓSFORO SOLÚVEL EM CITRATO NEUTRO DE AMÔNIO E EM ÁGUA (P O): 14%, POTÁSSIO SOLÚVEL EM ÁGUA (K O): 8%. SACO COM 50 KG, EM EMBALAGEM PLÁSTICA OU PAPEL REFORÇADO, DEVIDAMENTE ROTULADA COM: NOME DO PRODUTO, COMPOSIÇÃO GARANTIDA, NOME E CNPJ DO FABRICANTE, NÚMERO DE REGISTRO NO MAPA, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	279,00	13.950,00
38	38	500,00	MT	25245	LIMITADOR DE GRAMA, CONFECIONADO EM POLIETILENO, SEM BORDAS, ALTURA DE 12,5 CM, ALTA FLEXIBILIDADE, RESISTENTE A IMPACTOS, INTERPÉRIES, UNIDADE, ATAQUE DE INSETOS E VARIAÇÕES DE TEMPERATURA. O PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EMBALADO, LIMPO, SEM DEFORMAÇÕES E COM IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E DO LOTE.	6,00	3.000,00
39	39	30,00	SC	25246	CASCA DE PINUS, EM SACA COM 15 KG. CASCA TRITURADA COM TAMANHO UNIFORME (GRANULOMETRIA MÉDIA) ISENTE DE RESÍDUOS CONTAMINANTES, UMIDADE BAIXA SUFICIENTE PARA GARANTIR A CONSERVAÇÃO SEM PROMOVER FERMENTAÇÃO, MARROM NATURAL UNIFORME, ISENTO DE MATERIAIS ESTRANHOS, SEMENTES DE PLANTAS DANINHAS, ORGANISMOS PATOGENICOS, PRODUTOS QUÍMICOS OU RESÍDUOS INDUSTRIALIS. EMBALADO EM SACO PLÁSTICO RESISTENTE, DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS COM: NOME DO PRODUTO, PESO LÍQUIDO, NOME E CNPJ DO FABRICANTE OU FORNECEDOR, DATA DE FABRICAÇÃO OU LOTE. MATERIAL DEVERÁ SER ENTREGUE SECO, LIMPO, E ROTULAGEM VISÍVEL.	105,00	3.150,00
40	40	50,00	PCT	25247	PEDRA PARA DECORAÇÃO, COR BRANCA, TAMANHO GRANDE, EM PACOTE DE 15 KG. PEDRA NATURAL, COR BRANCA, COM TONALIDADE UNIFORME, SEM MANHAS OU IMPUREZAS VISÍVEIS, DIÂMETRO ENTRE 3 E 6 CM, PEDRAS ROLADAS OU SEMI-POLIDAS, LIVRE DE PÓ, TERRA, FRAGMENTOS MUITO PEQUENOS OU PARTICULAS QUEBRA-IDIÇÕES. EMBALADAS EM SACO PLÁSTICO OU EMBALAGENS REFORÇADAS COM 15 KGS. DEVIDAMENTE ROTULADAS. MATERIAL DEVERÁ SER ENTREGUE LIMPO, SECO, SEM RESÍDUOS OU UMIDADE EXCESSIVA.	45,00	2.250,00





## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

41	41	50,00	SC	25248	SEIXO DE RIO, EM SACA COM 20 KG. PEDRA NATURAL ROLADA, LAVADA E SECA, GRANULOMETRIA MÉDIA E GRANDE DIÂMETRO ENTRE 2 E 6 CM, TONS VARIADOS CONFORME A NATUREZA DO MATERIAL, COM PREDOMINÂNCIA DE COLORAÇÃO CLARA. FORMA ROLADA, COM BASES ARREDONDADAS, SUPERFÍCIE LISA E SEM ARESTAS CORTANTES, PEDRAS LAVADAS, ISENTAS DE TERRA, POEIRA, LAMA, FRAGMENTOS QUEBRADOS OU MATERIAIS CONTAMINANTES. PESO DA EMBALAGEM 20 KG LIQUIDOS.	39,25	1.962,50
42	42	2.000,00	PCT	25249	ISCA FORMICIDA GRANULADA, EM FORMA DE PELETES A BASE DE SULFLURAMIDA MINIMO DE 1G/KG (0,1% M/M) MAIS FIPRONIL MINIMO 1G/KG (0,1% M/M) PARA CONTROLE DE FORMIGAS CORTADEIRAS DOS GENEROS ATTA (SAUVAS) E ACROMYRMEX (QUENQUENS), APRESENTAÇÃO EM PACOTES COM 500 GRAMAS COM ROTULO OBRIGATÓRIO.	6,03	12.060,00
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>						<b>R\$ 470.593,60</b>	

**(Quatrocentos e setenta mil, quinhentos e noventa e três reais e sessenta centavos).**

**Conforme Requisição de Necessidades nº 1128/2025 do LC**

### **2. Justificativa:**

- 2.1. O paisagismo atua como um fator de equilíbrio entre o homem e o meio ambiente, restaurando a paisagem natural, procura aliar conservação com contemplação, criando ambientes para o esporte e lazer trazendo benefícios à sociedade, em jardins, parques e praças, áreas verdes bonitas e agradáveis para passeios e descanso. Reconhecendo as importantes funções que a vegetação tem além de paisagística, como amenizadora do clima, da poluição sonora e química, promoção da biodiversidade e bem-estar dos habitantes.
- 2.2. Ademais, a diversidade de materiais disponíveis no Registro de Preços permite maior flexibilidade na elaboração de projetos paisagísticos, atendendo às necessidades específicas de cada espaço urbano e possibilitando a criação de ambientes mais agradáveis e sustentáveis para a população. Portanto, a contratação do objeto deste Registro de Preços é fundamental para garantir a eficiência na gestão dos recursos públicos, promover a valorização de áreas verdes e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população em geral.

### **3. Justificativa para adoção do sistema de registro de preços:**

- 3.1. Após estudo amplo, a administração entendeu que a contratação de empresa se mostra mais adequada para a solução da presente demanda em razão da forma de execução do objeto, bem como em relação à racionalização de recursos.
- 3.2. A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) encontra amparo no art. 82 da Lei nº 14.133/2021, bem como no Decreto Municipal nº 8.266/2023. O SRP constitui instrumento de planejamento e gestão que possibilita à Administração Pública a contratação futura de bens e serviços de forma mais célere, eficiente e econômica, sem a necessidade de repetição de procedimentos licitatórios, garantindo a observância do princípio da eficiência (art. 5º, caput, da Lei nº 14.133/2021).
- 3.3. A utilização do SRP é especialmente recomendada em situações em que:
- a) Exista previsão de demandas incertas ou variáveis, não sendo possível dimensionar com precisão, no momento da licitação, as quantidades efetivamente necessárias;
  - b) Seja mais vantajosa a aquisição parcelada ao longo do tempo, com entregas ou execuções fracionadas;
  - c) Haja necessidade de garantir preços previamente registrados, preservando a economicidade e assegurando maior flexibilidade administrativa;





## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

- d) Se pretenda atender a diversos órgãos ou unidades administrativas, respeitando o planejamento.

3.4. Sob a ótica principiológica, o uso do SRP concretiza a economicidade, eficiência, planejamento, transparência e motivação (arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021), além de dar cumprimento ao princípio da finalidade, uma vez que o presente visa atender demandas que não se esgotam em uma contratação única.

3.5. O Tribunal de Contas da União já se manifestou reiteradas vezes sobre o tema, destacando a necessidade de observância da finalidade própria do SRP. No Acórdão TCU nº 1351/2025-Plenário, por exemplo, ao analisar pedido de reexame, o Tribunal assentou que:

*“A contratação, da forma como foi feita, exaurindo os quantitativos registrados na primeira contratação, desvirtuou o sistema de registro de preços.”*

3.6. Assim, o TCU reforçou que a utilização do SRP em hipóteses de contratação única, sem fracionamento ou imprevisibilidade da demanda, contraria os princípios da razoabilidade e da finalidade, razão pela qual deve ser evitada.

3.7. Portanto, no presente caso, considera-se como melhor opção para a resolução da problemática, a contratação de empresa através de Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços, com prazo de vigência da contratação de 12 (doze) meses, pois se trata de objeto que não se esgota em uma contratação isolada, estando sujeito a variações de demanda e à necessidade de aquisições ou contratações futuras, características que se enquadram no desenho legal e jurisprudencial. Dessa forma, assegura-se maior racionalidade administrativa, melhor aproveitamento de recursos públicos e observância estrita dos preceitos legais e constitucionais que regem a Administração Pública.

### 4. Justificativa da quantidade estimada:

4.1. Informamos que as quantidades pretendidas foram objeto de estudo prévio, sendo analisada a quantidade utilizada no processo licitatório anterior, bem como a demanda atual, cumpre ressaltar que se trata de contratação pelo sistema de registro de preços conforme art. 82 da Lei 14.133/21 e Decreto Municipal 8.266/2023.

4.2. O presente objeto encontra-se previsto no Plano de Contratações Anual de 2025, estando alinhado ao planejamento de Contratações do Município.

4.3. Para este processo os licitantes não poderão oferecer propostas em quantitativo inferior ao máximo previsto neste.

4.4. Com isso as quantidades são apenas estimadas e serão usadas de acordo com a necessidade e interesse das secretarias solicitantes, sendo que ao término de vigência da Ata de Registro de Preços, o remanescente ficará automaticamente suprimido, ficando o contratante desobrigado da contratação total e consequentemente do seu pagamento.

4.5. Conclui-se que as quantidades são necessárias e suficientes para atendimento da demanda apresentada para 12 (doze) meses.

4.6. A quantidade prevista para 12 (doze) meses e não para 24 (vinte e quatro) meses, é devido a imprevisibilidade de boa execução do objeto pela(s) futura(s) Detentora(s), bem como, não é possível prever a vantajosidade no presente momento em caso de prorrogação, conforme exige a Lei nº 14.133/21. Com isso, buscamos uma quantidade que não condicione





## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

a proposta das licitantes em relação à economia de escala, sem a certeza de prorrogação da(s) ata(s) de registro de preços.

4.7. Sendo assim, em caso de renovação da(s) ata(s) de registro de preços e caso necessário, poderá ocorrer também, a renovação do quantitativo até o limite originalmente registrado, conforme Decreto Municipal nº 8.266/2023.

### 5. Avaliação do custo:

5.1. O custo total estimado do presente objeto é de **R\$ 470.593,60 (quatrocentos e setenta mil, quinhentos e noventa e três reais e sessenta centavos)**, conforme Estudo Técnico Preliminar, orçamentos e mapa comparativo.

5.2. Houve diversificação da base de pesquisa, conforme Decreto Municipal 8.266/2023, certificando-se de que os preços obtidos correspondem aos praticados no mercado.

5.3. Para a ponderação dos custos foram realizadas pesquisas diretamente com empresas do ramo, bem como, através de propostas praticadas em licitações com o mesmo objeto, compondo-se a estimativa de preços da planilha em anexo.

5.4. Foram empregados preços de contratações similares de outros entes públicos, tendo como objetivo final a confecção do mapa comparativo de preços.

5.5. Para a obtenção do preço estimado deste processo, mostrou-se mais vantajoso a contratação pela **Mediana**.

5.6. Toda a atividade de pesquisa, desde a seleção de parâmetros, cotação de preços nos parâmetros escolhidos ao juízo crítico sobre os valores encontrados, tem como objetivo final a confecção do mapa comparativo de preços, tratando-se de percentuais apenas para se estimar o custo de uma unidade, sendo assim desconsideramos valores muito acima ou muito abaixo dos demais para que não obtivéssemos valores equivocados dentro do processo, tanto sobrepreços como inexequíveis.

### 6. Forma e critérios de seleção do fornecedor:

6.1. **Da modalidade:** Pregão

6.2. **Critério de julgamento:** para fins de julgamento das propostas será adotado o critério “**MENOR PREÇO POR ITEM**”, observado as condições definidas no Edital e seus anexos.

6.3. O objeto a ser contratado é de natureza comum, nos termos do art. 6, inciso XIII da Lei 14.133/21.

### 7. Licitação para Ampla Concorrência:

7.1. Neste certame não será aplicável, a exclusividade para ME ou EPP, art. 48 da Lei, inciso I, pois conforme previsto no Art. 49, inciso II da mesma: não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

### 8. Modelo de execução do objeto:

#### 8.1. Rotinas, execução/entrega:

8.1.1. Para cada solicitação, será emitida uma Requisição para Pedido de Empenho, o qual deverá estar assinada pelo Secretário (a) responsável e conter no mínimo as seguintes informações:

- Dados essenciais como: nº da Requisição, dados de identificação do processo e





## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

fornecedor, dotação orçamentária, local de entrega e/ou execução, descrição dos produtos e/ou serviços, quantidades e valores.

- b) Deve-se descrever exaustivamente a razão da necessidade da solicitação (evidenciar o problema e/ou carência identificada), sob pena de indeferimento do pedido.

8.1.2. A detentora deverá realizar a entrega em até 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da Nota de Empenho, Ordem de Execução de Serviços e/ou Autorização de Compras, em local a ser determinado pela secretaria solicitante, sendo que ficará a cargo da Detentora todos os custos operacionais.

8.1.3. O prazo de entrega e/ou execução dos serviços poderá ser prorrogado desde que autorizado pelo contratante.

8.1.4. O quantitativo deste é apenas estimativo e não obriga o município a solicita-lo na sua totalidade, servindo apenas como referência de cálculo de despesas. Poderão ser solicitadas pequenas quantidades, apenas para suprir as necessidades momentâneas. Neste caso a Detentora se obriga a fornecer objeto deste nas mesmas condições estabelecidas.

8.1.5. Não serão aceitos produtos e/ou serviços em condições diferentes das solicitadas.

8.1.6. A entrega e/ou execução deverá ser realizada apenas em dias úteis, durante o horário de expediente, salvo em caso de necessidade de laboração fora do horário, o qual deverá ser comunicado com antecedência ao Contratante e executado em comum acordo entre as partes.

### 9. Do recebimento do objeto:

9.1. O objeto deste processo será recebido conforme Decreto Municipal 8.266/2023, conforme a seguir:

#### 9.2. Para prestação de serviços:

9.2.1. **Provisoriamente**, pelo fiscal, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico previamente definidos no instrumento contratual.

9.2.2. **Definitivamente**, pelo gestor e ocorrerá em no máximo 05 (cinco) dias após o recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contidas no instrumento contratual.

9.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto, nos limites estabelecidos pela lei e Edital deste processo.

9.4. Salvo disposição em contrário constante no edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto, exigidos por normas técnicas oficiais, correrão por conta da detentora.

### 10. Obrigações do contratante:

10.1. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Detentora, conforme art. 141 da Lei 14.133/21.

10.2. Conferir através dos Gestores e Fiscais designados e caso haja alguma divergência com o solicitado e o entregue/executado, solicitar a reposição ou correção imediata.

10.3. Notificar através do gestor responsável, formal e tempestivamente, a Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento das obrigações assumidas.

10.4. Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

10.5. Comunicar prontamente a Detentora, qualquer anormalidade no objeto, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas.

10.6. Nos termos do art. 117 da Lei 14.133/21, exercer o acompanhamento e a fiscalização, pelos fiscais designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, visando o preenchimento do termo detalhado e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.7. A fiscalização que trata o subitem anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da Detentora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios, e na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 120 da Lei 14.133/21 e Decreto Municipal 8.266/2023.

10.8. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Detentora.

10.9. Fornecer a qualquer tempo, mediante solicitação escrita da Detentora, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientar em todos os casos omissos

### **11. Obrigações da detentora:**

11.1. A detentora deve respeitar todas as obrigações constantes neste processo e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes para a perfeita execução do objeto, não sendo admitidas retificações, cancelamentos, quer seja de preços, quer seja nas condições estabelecidas.

11.2. Manter, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, de acordo com o art. 92, XVI, da Lei 14.133/21, informando o Contratante à ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições.

11.3. Comunicar imediatamente o Contratante no caso de ocorrência de qualquer fato que possa implicar no atraso da entrega e/ou execução do objeto, e qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessária.

11.4. Todas as eventuais despesas com transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do presente objeto, correrão por conta exclusiva da Detentora.

11.5. Cabe a Detentora certificar-se, preliminarmente, de todas as condições exigidas no Edital, não sendo levada em consideração qualquer argumentação posterior de desconhecimento.

11.6. Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor do objeto da Ata de Registro de Preços.

11.7. A Detentora deverá garantir a qualidade do produto e/ou serviço, devendo reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto da Ata de Registro de Preços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, conforme art. 119 da Lei 14.133/21.

11.8. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de fornecer e fiscalizar o uso de EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus funcionários e prepostos.



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

11.9. A Detentora deverá cumprir com as normas de proteção do trabalho vigentes, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho.

11.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da Ata de Registro de Preços, sem prévia e expressa anuência da Administração.

11.11. A Detentora não deverá submeter trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados.

11.12. Não manter em seu quadro de pessoal menores em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não manter, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

11.13. A Detentora não deverá submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008.

11.14. A Detentora deverá realizar a recepção e o tratamento de denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

11.15. A Detentora terá responsabilidade solidária por atos e omissões de eventual empresa subdetentora que resultem em descumprimento da legislação trabalhista.

11.16. Cumprir com outras obrigações decorrentes da aplicação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor - conforme Lei nº 8.078/90, que sejam compatíveis com o regime de direito público.

11.17. Todos os casos atípicos não mencionados, deverão ser apresentados ao Gestor (es) e/ou Fiscal (ais) da Ata de Registro de Preços para sua definição e determinação.

### **11.18. Das obrigações específicas relativas a critérios de sustentabilidade:**

11.18.1. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela Detentora, que deverá fazer uso racional do consumo de energia e água, adotando medidas para evitar o desperdício.

11.18.2. Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujo(s) encarregado(s) deve(m) atuar como facilitador(es) das mudanças de comportamento.

11.18.3. Dar preferência à aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água e que apresentem eficiência energética e redução de consumo.

11.18.4. Dar preferência a descarga e torneira com controle de vazão, evitando o desperdício de água.

11.18.5. Proporcionar treinamento periódico aos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

11.18.6. Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, crenças religiosas, orientação sexual ou estado civil na seleção de colaboradores no quadro da empresa.

11.18.7. Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

11.18.8. Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e/ou insumos que forem utilizados pela empresa, inclusive os potencialmente poluidores, tais como, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis, pneumáticos inservíveis, produtos e



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

componentes eletroeletrônicos que estejam em desuso e sujeitos à disposição final, considerados lixo tecnológico.

11.18.9. É proibido incinerar qualquer resíduo gerado.

11.18.10. Não é permitida a emissão de ruídos de alta intensidade.

11.18.11. Priorizar a aquisição de bens que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável.

11.18.12. Priorizar o aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento.

11.18.13. Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.

11.18.14. Colaborar para a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

## 12. Das amostras:

12.1. É facultado a Administração, durante a fase de julgamento e em relação ao licitante provisoriamente vencedor, solicitar amostras dos itens deste processo conforme § 3º do art. 17 da Lei 14.133/21, de modo a comprovar sua compatibilidade às especificações definidas neste, a análise terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados.

12.2. Sempre que solicitadas, as amostras deverão ser entregues no endereço indicado no ato da convocação, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

12.3. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada via sistema pelo interessado, antes de findo o prazo e desde que aceito pela Administração.

12.4. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada e o licitante desclassificado.

12.5. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

12.6. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste.

12.7. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados/desmanchados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a resarcimento.

12.8. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 10 (dez) dias úteis, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a resarcimento.

12.9. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, inclusive manuais impressos em língua portuguesa, quando for o caso

## 13. Dos documentos necessários para a assinatura da Ata de Registro de Preços:

13.1. Após a homologação e adjudicação e anteriormente a assinatura da Ata de Registro de Preços, serão convocados os vencedores dos itens 01 ao 34 para que apresentem em até 10 (dez) dias úteis contados da convocação, o Certificado de inscrição no Registro Nacional de





## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

Sementes e Mudas – RENASEM de cada item que o proponente for fornecedor, sob pena de desclassificação do item. A comprovação poderá ser o registro do item específico ou do grupo de itens, em conformidade com as normas do MAPA. A comprovação do RENASEM será exigida apenas para os itens de espécies ou materiais vegetais regulamentados, conforme Portaria MAPA nº 501/2022. Para os demais itens, não se exige o certificado RENASEM, apenas os demais documentos previstos no edital.

13.2. O prazo no subitem anterior poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação da vencedora e aceite do gestor do contrato.

### **14. Da subcontratação:**

14.1. É admitida a subcontratação parcial do objeto, desde que previamente autorizado pela administração, ficando a subdetentora obrigada a apresentar previamente à autorização, os documentos comprobatórios de idoneidade, exigidos da detentora na fase de habilitação.

14.2. Em caso de autorização, a Detentora permanecerá solidariamente responsável pelo cumprimento de todas as condições ajustadas no instrumento contratual e Edital.

### **15. Anticorrupção:**

15.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução do objeto deste processo, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste processo, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

### **16. Dotação orçamentária:**

16.1. Conforme Decreto Municipal 8.266/2023, por se tratar de Registro de Preços, a reserva da dotação orçamentária deverá ser efetuada no ato da solicitação pela Secretaria solicitante, devendo a mesma verificar junto ao Departamento de Contabilidade a existência de saldo.

### **17. Forma de pagamento:**

17.1. Os pagamentos serão efetuados até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, após a entrega e/ou execução do objeto, apresentação de cópia dos termos de recebimento provisório e definitivo, juntamente com a respectiva nota fiscal com discriminação resumida do objeto e número da nota de empenho, as quais não devem apresentar rasura e/ou entrelinhas e esteja atestada pelo respectivo fiscal e/ou gestor da solicitação.

17.2. A liberação dos pagamentos ficará condicionada a apresentação da prova de regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou a documentação mencionada no art. 68 da Lei 14.133/21.

17.3. O pagamento será realizado preferencialmente por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da Detentora, ou por meio de fatura com utilização do código de barras.





## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

17.4. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Contratante, como critério para correção monetária aplicar-se-á o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo IBGE. Em caso de atraso de pagamento, desde que a Detentora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo Contratante juros moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. Quando da incidência da correção monetária e juros moratórios, os valores serão computados a partir do vencimento do prazo de pagamento de cada parcela devida.

### 18. Alterações dos preços:

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 ao 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### 19. Da nulidade:

19.1. As nulidades que eventualmente venham a ocorrer em relação ao presente observarão a disciplina dos arts. 147 ao 150 da Lei nº 14.133, de 2021.

### 20. Das hipóteses de cancelamento da Ata de Registro de Preços e dos preços registrados:

20.1. O registro do licitante vencedor será cancelado pelo Contratante quando:

20.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado.

20.1.2. Não entregar/executar o (s) produto (s) e/ou serviço (s) no prazo estabelecido sem justificativa aceitável.

20.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado.

20.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

a) No caso do subitem anterior, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapassar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, e caso não seja o órgão ou entidade gerenciadora o responsável pela aplicação da sanção, poderá o órgão ou entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, garantido o contraditório e a ampla defesa, decidir pela manutenção do registro de preços.

b) O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens acima, será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

20.2. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:

a) Por razão de interesse público.

b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior, desde que devidamente comprovados, justificados e aceitos pelo Contratante.

c) Se não houver êxito nas negociações e a detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.

### 21. Do reequilíbrio econômico financeiro:

21.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do princípio ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata de Registro de Preços tal como pactuada, respeitada, em qualquer caso, a repartição



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

objetiva de risco previamente estabelecida, poderá ser reestabelecido o equilíbrio econômico financeiro.

21.2. Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação.

21.3. Caso haja alteração imprevisível no custo que prejudique a execução do objeto pela detentora, cabe a mesma requerer e demonstrar documentalmente a necessidade de equilíbrio econômico financeiro.

21.4. Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Coronel Vivida, ou através da Plataforma 1Doc pelo link: [Central de Atendimento | Prefeitura de Coronel Vivida \(1doc.com.br\)](https://centraldeatendimento.coronelvivida.pr.gov.br/).

21.5. Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios necessários.

21.6. Os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, serão respondidos pela administração em até 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do seu recebimento.

### **22. Do reajuste:**

22.1. Os preços registrados poderão sofrer reajustes, aplicando-se o índice IPCA OU INPC (será utilizado o que tiver sofrido a menor variação dos últimos doze meses), cuja data-base está vinculada a data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, §7º da Lei 14.133/21.

22.2. O reajuste, somente será concedido desde que autorizado pela administração e observado o período mínimo de 12 (doze) meses, contados do início da vigência da Ata de Registro de Preços.

22.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em sua substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

22.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço, por meio de Termo Aditivo.

### **23. Da negociação dos preços registrados:**

23.1. O gestor responsável pela Ata de Registro de Preços deverá acompanhar, periodicamente, os preços praticados no mercado para os serviços registrados, nas mesmas condições de execução, podendo, para tanto, valer-se de pesquisa de preços ou de outro processo disponível.

23.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o gestor da Ata de Registro de Preços deverá convocar o fornecedor visando à negociação para a redução de preços e a sua adequação ao praticado pelo mercado, conforme art. 66 do Decreto 8.266/23.

23.3. Frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, desde que comprovadamente demonstre a inviabilidade de redução.

23.4. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso, conforme art. 67 do Decreto 8.266/23.

23.5. Para fins do disposto no item anterior, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.





## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

23.6. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto 8.266/23.

### 24. Das infrações e das sanções administrativas:

24.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a detentora que:

- a) Dar causa à inexecução parcial da ata de registro de preços;
- b) Dar causa à inexecução parcial da ata de registro de preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total da ata de registro de preços;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da ata de registro de preços;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da ata de registro de preços;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

24.2. Serão aplicadas a detentora que incorrer nas infrações descritas no subitem anterior as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando a detentora der causa à inexecução parcial da ata de registro de preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b” a “g”, do subitem anterior, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h” a “l” do subitem anterior, bem como nas alíneas “b” a “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na alínea “b” deste item, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;
- d) Multa:
  - d.1) Moratória de 1% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 dias;
  - d.2) Compensatória de 25% sobre o valor da parcela inadimplida.

24.3. A aplicação das sanções previstas na ata de registro de preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral de eventual dano causado à Administração.

24.4. Todas as sanções previstas na ata de registro de preços poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.





## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

24.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

24.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante a detentora, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

24.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

24.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a detentora, observando-se o procedimento previsto no art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

24.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a administração;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

24.10. A personalidade jurídica da detentora poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na ata de registro de preços ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a detentora, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

24.11. O contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR.

24.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

24.13. Os débitos da detentora para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes desta ata de registro de preços ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa nº 26/2022 da SEGES/ME.

## 25. Das hipóteses de extinção:

25.1. A ata de registro de preços se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

25.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para tal.

25.3. Quando a não conclusão referida no subitem anterior decorrer de culpa da detentora:



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

- a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
  - b) Poderá a Administração optar pela extinção da ata de registro de preços e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 25.4. A ata de registro de preços se extingue quando vencido o prazo nela estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 25.5. A ata de registro de preços poderá ser extinta antes do prazo nela fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que a ata de registro de preços não mais lhe oferece vantagem.
- 25.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa detentora não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir a ata de registro de preços.
- 25.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 25.8. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
  - b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
  - c) Indenizações e multas.

### **26. Da adesão a ata de registro de preços por órgão não participante:**

- 26.1. Os órgãos e entidades poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
- 26.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público.
- 26.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei 14.133/21.
- 26.1.3. Prévias consulta e aceitação do município e do fornecedor detentor da Ata de Registro de Preços.
- 26.2. A faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante somente poderá ser exercida por órgão ou entidade municipal.
- 26.3. O órgão não participante interessado em aderir à Ata de Registro de Preços, deverá encaminhar à unidade gerenciadora o pedido de adesão, indicando o número do processo, número da ata, o detentor, os itens, a quantidade que pretende aderir através do link: [Central de Atendimento | Prefeitura de Coronel Vivida \(1doc.com.br\)](http://Central de Atendimento | Prefeitura de Coronel Vivida (1doc.com.br)).
- 26.4. As aquisições ou as contratações adicionais, referente as adesões não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.
- 26.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de também não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.
- 26.6. A unidade gerenciadora somente responde pelos atos relativos à adesão da Ata de Registro de Preços, não lhe competindo o monitoramento e a administração dos atos posteriores ao deferimento do pedido de adesão.

### **27. Do prazo de vigência:**





## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

27.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

27.2. Em caso de renovação da(s) ata(s) de registro de preços e caso necessário, poderá ocorrer também, a renovação do quantitativo até o limite originalmente registrado, conforme Decreto Municipal nº 8.266/2023.

### **28. Da conclusão quanto ao modelo de gestão e fiscalização:**

28.1. Todas as atividades de gestão e fiscalização citadas alhures deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, bem como as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

28.2. As comunicações entre a Administração e a Detentora devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

28.3. Após a assinatura do instrumento contratual, o (s) gestor (es) poderá (ão) convocar o representante da Detentora para reunião inicial e apresentação do plano de fiscalização, como informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **29. Do (s) gestor (es) e fiscal (ais):**

29.1. Compete ao (s) gestor (es) e ao (s) fiscal (ais), exclusivamente em relação as suas solicitações, as atribuições constantes na Lei 14.133/21 e Decreto Municipal 8.266/2023.

29.2. A Administração indica como gestor (es) deste processo:

29.2.1. O Secretário de Administração, Carlos Lopes, Decreto Municipal nº 8.588/2025.

29.2.2. A Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, Grasieli Cerbatto, Decreto Municipal nº 8.579/2025.

29.2.3.A Secretaria de Assistência Social, Fátima Vogel da Silva, Decreto Municipal nº 8.581/2025.

29.2.4. A Diretora do Departamento de Saúde de Média e Alta Complexidade, Verusca Cristina Pizzatto Fontanive, Decreto Municipal nº 8.597/2025.

29.2.5. O Secretário de Obras, Viação e Urbanismo, Mauro Busanello, Decreto Municipal nº 8.583/2025.

29.2.6. A Secretaria de Meio Ambiente, Alice Lusco Salvi, Decreto Municipal nº 8.589/2025.

29.2.7. O Secretário de Indústria, Comércio e Turismo, Lindones Antonio Colferai, Decreto Municipal nº 8.578/2025.

29.2.8. O Secretário de Desenvolvimento Rural, Assioli Jacsel dos Santos, Decreto Municipal nº 8.649/2025.

29.3. A Administração indica como fiscal (ais) deste processo:

29.3.1. Da Secretaria de Administração, Samara Tabolka, Decreto Municipal nº 8.615/2025.

29.3.2. Da Secretaria de Assistência Social, Luciane Corá, Decreto Municipal nº 8.598/2025.

29.3.3. Da Secretaria de Saúde, Veridiana Marta Bertoldi Stédile, Matrícula nº 12.785.

29.3.4. Da Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo, Vilmar José Theodoro, Decreto Municipal nº 8.586/2025.





## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

- 29.3.5. Da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Adriane Deveras Silveira, Matrícula nº 126-0.
- 29.3.6. Da Secretaria de Meio Ambiente, Etson Rosa, Matrícula nº 5.860/1.
- 29.3.7. Da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, Gislaine De Col, Decreto nº 8.594/2025.
- 29.3.8. Da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Veroni Strontzk Matricula nº 1505-9.

### Declaração do Gestor e Fiscal

Declaramos estar cientes das responsabilidades e atribuições decorrentes da indicação e afirmamos plena concordância com as condições estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos.

Declaramos, ainda, sob as penas da Lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

De acordo e ciente dos itens do Termo de Referência e demais documentos anexados junto ao processo de licitação.

Coronel Vivida, 03 de novembro de 2025.





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: E4F6-E521-7623-8706

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ CARLOS LOPES (CPF 717.XXX.XXX-49) em 27/11/2025 11:15:16 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
  
- ✓ GRASIELI CERBATTO (CPF 060.XXX.XXX-35) em 27/11/2025 11:26:35 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
  
- ✓ VERUSCA CRISTINA PIZZATTO FONTANIVE (CPF 995.XXX.XXX-20) em 27/11/2025 11:27:42  
GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
  
- ✓ ALICE LUSCO SALVI (CPF 018.XXX.XXX-63) em 27/11/2025 13:01:27 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
  
- ✓ SAMARA TABOLKA (CPF 010.XXX.XXX-18) em 27/11/2025 13:08:02 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
  
- ✓ LINDONES ANTÔNIO COLFERAI (CPF 244.XXX.XXX-49) em 27/11/2025 13:09:36 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
  
- ✓ ADRIANE DEVERAS SILVEIRA (CPF 943.XXX.XXX-72) em 27/11/2025 13:15:42 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
  
- ✓ ASSIOLI JACSEL DOS SANTOS (CPF 036.XXX.XXX-24) em 27/11/2025 14:52:33 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ VERIDIANA MARTA BERTOLDI STEDILE (CPF 066.XXX.XXX-89) em 27/11/2025 16:30:36 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ GISLAINE DE COL (CPF 087.XXX.XXX-57) em 27/11/2025 16:46:02 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ VILMAR JOSÉ THEODORO (CPF 831.XXX.XXX-49) em 27/11/2025 17:47:27 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ LUCIANE CORA (CPF 019.XXX.XXX-63) em 27/11/2025 20:41:05 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ FÁTIMA VOGEL DA SILVA (CPF 757.XXX.XXX-87) em 28/11/2025 08:54:50 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ VERONI STRONTZK (CPF 048.XXX.XXX-64) em 28/11/2025 09:13:24 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ ETSON LUIZ ROSA (CPF 704.XXX.XXX-15) em 28/11/2025 10:06:46 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ MAURO BUSANELLO (CPF 309.XXX.XXX-72) em 28/11/2025 11:47:56 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://coronelvivida.1doc.com.br/verificacao/E4F6-E521-7623-8706>